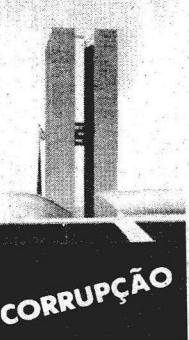


Magalhães sugere medidas para conter a corrupção



O relatório final da CPI do Orçamento traduz bem o que o senador Jarbas Passasinho chama de "o fim do começo". Além de pedir a cassação de 18 acusados, as recomendações apresentadas pelo relator Roberto Magalhães (PFL-PE) não se limitam a corrigir "falhas estruturais", mas avançam na direção de equipar o estado de mecanismos modernos de controle, não só para punir como também para evitar a repetição dos fatos denunciados por José Carlos Alves dos Santos e confirmados pelas subcomissões da CPI.

"É preciso mudar a estrutura do poder, tanto no âmbito Legislativo quanto na organização própria do Executivo", afirma o relator. Entre as recomendações feitas por ele em busca da modernidade, aparecem a quebra dos sigilos bancário e fiscal para os candidatos eleitos para cargos públicos, o fim das chamadas subvenções sociais e a reformulação radical dos mecanismos de elaboração do Orçamento da União.

Com relação ao orçamento, o documento alerta que é preciso "eliminar as práticas nocivas de inclusão clandestina e ilegítima de projetos de interesse restrito, que ora definem o gasto público de forma antidemocrática e sem observância das verdadeiras prioridades sociais". Para isso, além de propor o fim da "orgia dos prazos", que fazem com que orçamentos sejam votados "em sessões que entram pela madrugada, com reduzido quórum e poucas testemunhas das barbaridades que se praticam", o relatório recomenda que as propostas orçamentárias, incluindo o Orçamento de Investimento das Empresas Estatais, sejam elaboradas em conjunto e simultaneamente pelo Executivo e Legislativo.

Propostas — O relator incluiu no documento várias propostas de mudanças na Lei de Diretrizes Orçamentárias, com a fixação de dotações para cada ministério ou setor da administração pública e a extinção da Comissão Mista de Orçamento e Fiscalização, que seria substituída por uma Comissão Mista de Sistematização Orçamentária, com atribuições a serem definidas pelo Regimento Interno do

AS PRINCIPAIS MUDANÇAS PROPOSTAS

1. Subvenções sociais — propõe o fim das subvenções sociais
2. Estados e municípios — Limitação das transferências voluntárias da União para estados e municípios. Estas transferências voluntárias deverão ser autorizadas apenas para os casos de calamidade pública, planos nacionais ou regionais e em casos de guerra externa ou conflitos internos.
3. Sistema eleitoral — Os candidatos a cargos administrativos terão que ter probidade administrativa e moralidade para o exercício do mandato. Estes preceitos foram extintos a partir da Constituição de 1988.
4. Inelegibilidade — O relatório propõe que o prazo de inelegibilidade para deputados e senadores cassados por falta de decoro seja elevado para oito anos. Hoje este prazo é de 3 anos.
5. Imunidade parlamentar — Uma das opções propostas é de imunidade apenas para opiniões, palavras e votos, acabando com a imunidade para crimes comuns, cometidos antes ou depois das eleições. Outra opção seria estabelecer um prazo para que a Câmara ou o Senado se pronuncie sobre pedidos de licença do Supremo Tribunal Federal (STF) para processar parlamentares. Não havendo manifestação sobre o pedido neste prazo, a licença estaria automaticamente concedida.
6. Suspensão cautelar — Mudança na Constituição para implantar a suspensão temporária cautelar, autorizada pelos plenários da Câmara ou do Senado, para investigar parlamentares envolvidos em denúncias graves.
7. Comissão Mista de Orçamento — Propõe a extinção da comissão. Orçamento passa a ser discutido pelas comissões temáticas do Senado e da Câmara.
8. Sistematização — Criação da Comissão Mista de Sistematização Orçamentária para sistematizar o orçamento com base nas decisões das comissões temáticas.
9. Comissões — Restauração das Comissões de Fiscalização e Controle da Câmara e do Senado. Estas comissões acompanharão a execução financeira do orçamento.
10. Obras iniciadas — Estabelecer um máximo de dois terços dos recursos destinados a investimentos para obras já iniciadas.
11. Emendas — Fim das emendas individuais de parlamentares ao orçamento. As emendas passariam a ser aceitas apenas se apresentadas pelas comissões temáticas, bancadas ou partidos políticos.
12. Auditoria — A responsabilidade pela auditoria nos órgãos do Executivo deixam de ser das secretarias de controle interno dos ministérios.
13. Crédito suplementar — Os pedidos de créditos suplementares feitos pelo Executivo devem se limitar a 30% da receita prevista para o ano. No primeiro trimestre seriam proibidos pedidos de créditos suplementares. A CPI sugere que o Governo adote a Ufr na elaboração do orçamento, para garantir uma moeda constante.

94% tiveram erros no Imposto de Renda

A conclusão é impressionante. Segundo a avaliação dos membros a Subcomissão de Patrimônio, 94% das pessoas investigadas pela CPI do Orçamento apresentaram irregularidades ou erros nas suas declarações de Imposto de Renda. O deputado Zaire Rezende (PMDB-MG), integrante da subcomissão, disse que os resultados dessas análises foram preocupantes.

Zaire acredita que a única solução é o aparelho da Receita Federal, para que esta possa ter condições de investigar as declarações com precisão.

"A Receita não pode fazer nada. Ela precisa ser aparelhada com mais pessoas e máquinas. Do contrário, será sempre muito difícil constatar as irregularidades", afirmou.

A lista de problemas nas declarações é tão grande que o deputado consequentemente se lembra de um caso que não tivesse apresentado imprecisões ou irregularidades. Entre os irregulares, o caso do deputado Flávio Derzi (PP-MS) mereceu destaque pelo número de dúvidas levantadas.

"Veja bem, eu não posso garantir que ele cometeu alguma irregularidade. Mas a declaração mais longa e mais densa que investigamos foi a de Derzi. Pelo que vimos, as imprecisões podem variar de erro até possível ocultação de patrimônio".



O relator Roberto Magalhães pede o fim do sigilo bancário

Regina Santos

362